



Patrimônios Afetivos: Um novo recurso para o turismo em Morro Redondo-RS

Affective Patrimonies: A new resource for tourism in Morro Redondo-RS

Resumo: Este estudo é um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que tem como objetivo principal identificar os Patrimônios Afetivos de Morro Redondo-RS. Esta identificação partirá da evocação das lembranças dos idosos da cidade. Serão adotados como instrumentos metodológicos entrevistas, relatos e narrativas, pois esta pesquisa é de cunho qualitativo e se enquadra na pesquisa social. Porém, para alcançarmos o objetivo central desta pesquisa maior, se fez necessário o desenvolvimento de um conceito do que entendemos como patrimônios afetivos. Portanto, esse artigo tem como objetivo central apresentar como este conceito vem sendo criado. E mais especificamente, a utilização desses patrimônios afetivos como uma nova forma de atrativo turístico, desta forma fomentando a cultura local e obtendo de recursos já existentes na cidade. Sendo assim, partiremos da problemática: Como os patrimônios afetivos podem ser uma oportunidade para o turismo em Morro Redondo? Acreditamos que os patrimônios afetivos podem ser um novo atrativo e um complemento para um roteiro já existente, estimulando a participação da comunidade, dando ênfase para a cultura local e contribuindo para atividades já efetivas, o que diminuirá o custo para o município.

Palavras-chave: Patrimônios afetivos; Idosos; Turismo; Cultura.

Abstract: This study is a cross-cutting study of a master's degree in development, whose main objective is to identify Morro Redondo-RS's Affective Assets. This identification will start from the evocation of the memories of the old people of the city. Interviews, reports, and narratives will be adopted as methodological instruments, since this research is of a qualitative nature and is part of social research. However, in order to reach the central objective of this larger research, it became necessary to develop a concept of what we understand as affective heritages. Therefore, this article aims to present how this concept has been created. And more specifically, the use of these affective heritages as a new form of tourist attraction, in this way fomenting the local culture and obtaining of resources already existing in the city. Thus, we will start from the problematic: How the affective patrimonies can be an opportunity for the tourism in Morro Redondo? We believe that the affective heritages can be a new attraction and a complement to an already existing itinerary, stimulating community participation, emphasizing the local culture and contributing to already effective activities, which will reduce the cost to the municipality.

Key-Words: Affective patrimony; Seniors; Tourism; Culture.

Introdução

Morro Redondo-RS se localiza na Serra dos Tapes¹, a cidade possui um museu municipal onde é desenvolvido um projeto de extensão². E é a partir de uma das atividades desenvolvidas intitulada Café com Memórias que este estudo teve início. Trata-se de encontros com um grupo de idosos, onde é utilizado objetos museológicos para o afloramento de memórias individuais que posteriormente são partilhadas pelo grupo. Desta maneira, os idosos narram suas histórias pessoais que se entrelaçam com memórias em comuns de outros indivíduos e que ocupam os espaços da cidade.

¹ A cidade de Morro Redondo fica localizada na Serra dos Tapes no Rio Grande do Sul, Brasil. Possui 6.548 habitantes, sendo 20,8% da população de idosos de 60 anos ou mais (IBGE, 2016).

² Museu Morro-Redondense: Espaço de Memórias e Identidades, coordenador: Diego Ribeiro. Trata-se de um projeto de extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas. Este projeto conta com a colaboração de estudantes voluntários, inclusive a autora deste artigo.



Diante das narrativas dos idosos, a questão emocional, o valor simbólico e a afetividade eram muito maiores e significativos do que a vontade de transformar essas referências em patrimônios formais. Porém, ao tratar de um Patrimônio Afetivo, nos deparamos com as dificuldades de não haver um conceito delimitado sobre o assunto. Dessa forma, percebemos a potencialidade de pensar em um Patrimônio Afetivo o que impulsionou a emergir esta temática. Sendo assim, primeiramente abordaremos um pouco dos caminhos que a criação deste conceito vem seguindo.

E logo após, discorreremos sobre como os Patrimônios Afetivos podem ser uma oportunidade para o turismo em Morro Redondo? Acreditamos que os patrimônios afetivos podem ser um novo atrativo e um complemento para um roteiro já existente, estimulando a participação da comunidade, dando ênfase para a cultura local e contribuindo para atividades já efetivas, o que acarretaria numa diminuição de custos para o município.

Refletindo sobre um novo conceito: Patrimônios Afetivos

Devido haver pouca bibliografia abordando as questões afetivas, emocionais e cognitivas que envolvem os patrimônios, para o desenvolvimento desse conceito será necessário compreendermos, primeiramente, a palavra afeto e tudo que gira ao seu redor. Portanto, passaremos por algumas áreas do conhecimento, como a psicologia e a filosofia, para construir uma base sólida para esta compreensão. Após, partiremos para um breve apanhado a respeito do patrimônio ocidental que conhecemos, porém, este estudo não terá como base o mesmo e sim visto de forma diversa, moldável e de diversos pontos de vista, ou seja, um patrimônio que não seja institucionalizado. Assim, conseqüentemente, traremos nossas reflexões para o que entendemos por Patrimônio Afetivo.

Portanto, partiremos este estudo da área da filosofia e por meio do que Espinosa (1632-1677) nos define por afeto: um estado da alma, um sentimento. De acordo com a *Ética III, 3, Definição 3*, de Espinosa, o afeto é uma mudança ou modificação que ocorre simultaneamente no corpo e na mente. A maneira como somos afetados pode diminuir ou aumentar a nossa vontade de agir. Afeto do latim *affectus* ou *adfectus*, no dicionário de português afeto, substantivo masculino, significa sentimento, paixão, amizade, amor, simpatia. Mas também pode significar dedicado, afeiçoado, incumbido, entregue (GLEIZER, 2005).



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Espinosa define, em *Ética III*, dois tipos de afeto, sendo o primeiro definido como as afecções do corpo, podendo aumentar ou diminuir a potência deste corpo de agir. Nesta definição, Espinosa considera claramente os afetos tanto ao corpo quanto à alma, as afecções que modificam a potência de agir do corpo, as ideias destas afecções na potência da alma, sendo assim a potência de pensar são os afetos. Porém, a segunda definição de afeto tem como nome “definição geral dos afetos” e nos diz que:

um afeto chamado paixão da alma *animi pathema*, é uma ideia confusa pela qual a alma afirma a força de existir, maior ou menor do que antes, do seu corpo e pela presença da qual a alma é determinada a pensar tal coisa de preferência a tal outra (ESPINOSA, 1677).

Na filosofia espinosiana, a alma refere-se à consciência, ela nasce a partir de vivências e experiências do sujeito, de uma afecção (*affectio*) que corresponde à ação de um objeto sobre seu corpo. Uma afecção retrata as ações de outros corpos e ideias sobre os sujeitos, já a consciência é um conjunto de conhecimentos e necessita das afecções ou de como o sujeito é afetado e percebe os objetos, assim como também as pessoas que se relacionam com ele.

Afeto diz respeito àquilo que afeta, ao que mobiliza, por isso reporta à sensibilidade, às sensações. Podemos, ainda, referir afeto como ser tomado por atravessado, perpassado, quer dizer: afetado. Esse atravessar, perpassar é o que propriamente dá o caráter de afecção (GOMES E MELLO, 2010, p.684).

No momento em que o sujeito passa por uma alteração (do corpo, da mente), essa vivência desencadeia uma alteração da sua potência de pensar e agir e reflete nos objetos encontrados. A partir deste encontro, emerge, do corpo do sujeito, um sentimento que influenciará na sua potência de agir e de pensar. Para a teoria de Espinosa, o afeto pode ser definido como uma variação que acontece à medida que vamos experienciando objetos, acontecimentos, ideias (DELEUZE, 1978). Sendo assim, essas potências de agir e pensar podem se manifestar de forma elevada, levando o sujeito a um estado de alegria ou diminuindo sua potência causando a tristeza. Essas reações dependerão da forma como o sujeito se relaciona com o objeto.

O tratamento dispensado por Espinosa à relação entre afecção (*affectio*) e afeto (*affectus*) nos remete à relação sujeito-objeto, uma vez que a afecção indica a ação do objeto sobre o sujeito enquanto o afeto, como indutor da potência de agir, nos remete à ação do sujeito sobre o objeto (GOMES, 2008, p. 74).

Os debates sobre o lugar que a afetividade ocupa na subjetividade humana ocorrem desde a antiguidade, mas como parte dissociável da cognição. Nos últimos vinte anos, estudiosos em neurociência, psicologia e ciências cognitivas vêm evidenciando a ligação da



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

afetividade com a cognição, mas de forma complexa, e criando parte essencial em ações como memorização, criatividade e decisões. Na psicologia, Pinto (2005) discute esta ligação entre afetividade e cognição e acaba evidenciando que estas proporções psicológicas operam:

de maneira dinâmica e construtiva, sendo então de pouca importância dividi-las em fragmentos dissociados. Entende-se que, em cada experiência diária, o ser humano é cognitivo-afetivo ao mesmo tempo; estando em proporções variáveis, mais afetivo ou mais cognitivo, ou ambas somadas (PINTO, 2005, p.7-12).

Ao tratar das funções mentais, a psicologia as separa em funções cognitivas, afetivas e volitivas. Sendo as funções cognitivas as que possibilitam ao sujeito conhecer o mundo, tanto o mundo externo quanto o próprio mundo do sujeito ou mundo interior. Exemplificando podemos falar de funções como a memória, o pensamento, o raciocínio, as percepções. Já as funções afetivas são expressas pela suscetibilidade vivenciada pelo indivíduo por meio de alterações que acontecem no mundo exterior ou em si próprio. Destacando que os afetos possuem um caráter subjetivo. E por fim as funções volitivas, que referênciam aos comportamentos exteriorizáveis (AMARAL, 2007).

Claro que quando tratamos dessa divisão das funções da mente, elas são apenas para entendimento do seu funcionamento, pois essas funções cognitivas, afetivas e volitivas estão interligadas (AMARAL, 2009). Deste modo se o sujeito obtiver uma lembrança triste (função cognitiva), despertará o sentimento de tristeza (função afetiva) e podendo se transformar em expressões faciais como o choro (função volitiva).

As manifestações afetivas são descritas normalmente como: comportamento amoroso, atitudes delicadas, bom humor, ou seja, atitudes ou comportamentos positivos. Não imaginamos como afetividade sentimentos como ódio, raiva, medo. Porém, a psicologia nos informa que o afeto ou a afetividade é um conjunto de todos os nossos sentimentos, podendo ser positivos ou negativos (AMARAL, 2007). O que vem ao encontro com os pensamentos de Espinosa (1632-1677) quando o filósofo nos fala em uma potência de agir, podendo ser ela positiva ou negativa.

Na teoria psicogenética, do Frances Henri Wallon (1986), a afetividade é pré-existente à formação sensório-motora e mental. As primeiras formas de pensamento são chamadas de pensamento sincrético e todas estão saturadas de afetividade. Ainda sobre Wallon, segundo Galvão (1999, p.61):

As emoções, assim como os sentimentos e os desejos, são manifestações da vida afetiva. Na linguagem comum costuma-se substituir emoção por afetividade, tratando os termos como sinônimos. Todavia não o são. A afetividade é um conceito mais abrangente no qual se inserem várias manifestações.



Seguindo a mesma linha de pensamento de Wallon, que defende que a inteligência e a afetividade estão integradas, o biólogo suíço que se tornou psicólogo Jean Piaget (1896-1980) discute a relação entre razão e emoção, cognição e afetos. O autor salienta que “a afetividade é caracterizada por suas composições energéticas” (PIAGET, 1981, p. 226). Para o autor todo processo afetivo é composto de uma energia que pode desencadear uma representação maior ou menor, positiva ou negativa, dependendo da qualidade da interação do sujeito com o objeto. Esta energia permanece potencial e poderá ser desencadeada a qualquer momento (ULLER, 2012, p. 25). Desta forma percebemos, que mesmo o autor tratando de uma energia que pode ser desencadeada, o seu pensamento vem ao encontro com os pensamentos de Espinosa (1632-1677) quando nos fala de uma potência de agir. E ainda podemos destacar que os dois autores nos falam que (a potência ou energia) pode ser positiva ou negativa.

Os afetos são desencadeados no momento em que o indivíduo vivencia uma relação com alguma “coisa” a partir deste momento o corpo do sujeito emerge um sentimento que influenciará na potência de agir e de pensar do mesmo (função afetiva). Sendo o afeto ou a afetividade um conjunto de todos os sentimentos, podendo ser positivos ou negativos. Sendo assim, essas potências de agir e pensar podem se manifestar de forma elevada, levando o sujeito a um estágio de alegria provocando como exemplo o riso ou diminuindo sua potência causando a tristeza dando início ao choro (funções volitivas). E essas reações dependeram da forma como o sujeito se relaciona com as “coisas”. Essas “coisas” da qual nos referimos, podem ser objetos, lugares, rituais, manifestações culturais. Assim como também podem ser consideradas patrimônios. Portanto, a seguir discutiremos a respeito do conceito de patrimônio, suas interpretações e seus âmbitos.

Patrimônio: De quem? Para quem?

Na atualidade, a economia de países desenvolvidos industrialmente e tecnologicamente tem gerado mudanças e influências nas culturas. Diante disto, destacamos o valor do patrimônio, pois esse elemento propicia a identificação do sujeito no tempo e no espaço onde em que vive, tornando possível ressaltar vidas anteriores e memórias, consagrando-as como significativas. O termo “patrimônio” é utilizado frequentemente no dia-a-dia, quando discutimos sobre os patrimônios de um indivíduo ou de uma empresa, sendo eles econômicos, imobiliários, financeiros. Além disso, podemos falar de um patrimônio herdado ou de



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, patrimônios intangíveis, entre outros.

Quando pensamos em patrimônio, na maioria das vezes associamos a definição imediatamente ao patrimônio material. Porém, para fins deste estudo, patrimônio não se limita à materialidade, pois, antes, pode referir-se aos bens produzidos pelos nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais, encontradas não só em bens materiais.

O patrimônio surgiu com o intuito de evocar e celebrar datas marcantes para a história, pois como Nora (1993) nos fala, que se ainda habitássemos a nossa memória não precisaríamos de lugares para lembrar. A partir dele surgem questionamentos a respeito da sua proteção, transmissão, normas patrimoniais e conservação perante o vandalismo. Define-se patrimônio, ao mesmo tempo, pelos seus objetos, estética documental e de reconhecimento sentimental que lhe atribui o saber comum, sendo ele apropriado e constituído de identidades. (POULOT, 2009).

Utiliza-se, tradicionalmente, o patrimônio para a legitimidade de poder (POULOT, 2009). Para os romanos, o patrimônio era o conjunto de bens familiares, compreendidos não a partir do seu valor típico, mas a partir de sua condição de bens-a-transmitir. O século XVIII e o século XIX foram marcados pela elaboração de padrões, regras e catálogos de teatro, música, literatura, pintura e, especialmente, de museus, pois foram os primeiros lugares de objetivação de culturas. (POULOT, 2009).

No Brasil, no ano de 1937, foi concebido o conceito de patrimônio, tendo como criadores modernistas que partiam do princípio de arte, história, tradição e nação. Assim, foi institucionalizado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), cujo objetivo era a proteção da história do país e das obras de arte. Deste modo, foi escolhida a arquitetura colonial como representação da nacionalidade brasileira (CHUVA, 2009). Os técnicos do patrimônio buscavam, a todo o momento, uma unificação do Brasil com a intenção de conferir identidade ao país. Márcia Chuva (2009) frisa que o patrimônio mineiro, colonial tornou-se representante desta “brasilidade” perante o projeto de nacionalização.

O IPHAN foi uma das frentes abertas, pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir do estabelecimento de padrões artísticos e arquitetônicos, nos quais a produção colonial estava no topo da escala de valores (CHUVA, 2009, p. 63-91). O IPHAN, no seu projeto de patrimônio nacional, deixou clara a preferência pelos conjuntos arquitetônicos. Desta forma, seriam as edificações que retratariam o passado do Brasil e também seu presente no Estado Novo e, como



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

eram esperados, os arquitetos foram a grande maioria dos profissionais envolvidos neste projeto. Diante deste panorama, podemos perceber que o cenário atual lamentavelmente não possui muitas alterações. O patrimônio ainda é visto, como há décadas, baseado em concepções de identidade nacional e aportada no período colonial.

O contexto da preservação dá indícios de mudanças na década de 1960, quando surgem novos fatores sobre a discussão do que era válido preservar para as gerações futuras. Em 1964, no congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, foi publicada a Carta de Veneza que solicitou um novo modelo de preservação. Por meio dela, houve uma expansão no conceito de bem cultural, sendo suas convicções válidas ainda nos dias de hoje e servindo como documentos-base do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos). Na carta, o valor patrimonial não estaria restrito aos grandes monumentos, mas também a obras mais singelas, que por seus processos históricos e sua cultura se tornariam patrimônios.

No Brasil, neste mesmo ano da Carta de Veneza, foi instaurada a ditadura militar, portanto, o país passou por diversas mudanças conceituais, políticas e práticas a respeito da preservação do patrimônio. Como política dos militares, foram chamados consultores internacionais por intermédio da Unesco ao Programa de Cidades Históricas (PCH), que deteve seus recursos na gestão e viabilidade econômica dos monumentos protegidos por lei. (CORREA, 2012; NASCIMENTO, 2016; MARINS, 2016). Até a década de 1960, o tombamento realizado pelo IPHAN teve como base para decreto os valores artísticos como igrejas, fortes e sobrados, predominando a arquitetura dos séculos XVII e XVIII.

Em 1980, com a redemocratização do Brasil, foi possível perceber novos entendimentos a respeito da preservação, sendo assim, viveu-se o ápice do patrimônio cultural, gerando um debate da sociedade civil e questionamentos sobre a atuação do IPHAN. Nos anos seguintes, houve um aumento na pressão por novos reconhecimentos de patrimônios e discussões sobre o papel do IPHAN. Conforme Mária Chuva (2008), novos prismas conceituais e metodológicos dos anos de 1980 criaram espaços para alterações fundamentais, como o novo papel do Estado, a inclusão de outras esferas do poder público e a ampliação da noção de patrimônio. Neste emaranhado de transformações já era possível identificar problemas, pois tudo era visto como patrimônio, surgindo, então, os desafios metodológicos.

Porém, não estamos tratando apenas de questões políticas e regulamentares de tombamento e preservação, mas sim de como estes patrimônios serão percebidos pela



população e selecionados para representação de uma cultura. Pois, ao refletirmos sobre esta questão acreditamos que não seria o Estado que elegeria estes patrimônios, no entanto as pessoas que indicariam os elementos que ao seus julgamentos e sentimentos são raros e dignos de preservação. Por conta destes pensamentos, referimo-nos a um Patrimônio Afetivo. Material ou não, ao nosso ver, ele só ganhará reconhecimento e ressonância se dotado de significado para a população que o escolhe.

Prats (2005) salienta que o patrimônio é um conjunto de representações, tendo como base a externalidade cultural. Constituído de objetos, lugares, manifestações, este conjunto de representação eclode com o desenvolvimento do capitalismo e da revolução industrial. No artigo *Concepto y gestión del patrimonio local*, o autor realiza questionamentos muito pertinentes para este estudo, como quando ele pergunta sobre a percepção do patrimônio na sociedade capitalista ocidental e por que ainda perdura esta visão antiga sobre patrimônio. Precisamos nos desonerar destas concepções que perduram por séculos e que já não cabem mais na sociedade atual. Esta interpretação equivocada de um bem intocável, sagrado, moldurado e engessado não encontra mais espaço em um mundo de diversidades, com valores múltiplos, significados e simbolismos.

Na nossa sociedade, os processos de patrimonialização são ponderados como bens absolutos e evidentes, cuja conservação é incontestável. Mas será que todo bem patrimonializado, tombado, declarado é realmente indispensável à conservação? Mesmo se ele não desempenhar seu papel de sócio-transmissor³ (CANDAU, 2005), porque devemos preservá-lo. As ações como identificar, documentar, promover e difundir deve vir antes de uma ação de proteção a um Bem, pois elas não são apenas critérios técnicos, são as provas da representatividade do Bem para a sociedade. Mas Fonseca (2009) acentua que não basta uma revisão dos critérios adotados pelos órgãos que fazem com que a lei seja cumprida, pois há uma dinamização dos valores atribuídos. Sendo assim, só com uma mudança de procedimentos, abrindo espaço para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural que mudaremos este cenário.

Referindo-se aos processos de patrimonialização, Prats (2005) destaca uma importante indagação, relativa a como seriam esses processos e especificações a nível local. O valor dos

³ Candau (2005) chama de sociotransmissores essas redes sociais que transmitem memórias. A conexão das memórias individuais que se entrelaçam e se acrescentam a partir dos sociotransmissores, criam uma sensação “de memória comum a todos” e conseqüentemente a contribuição para uma identidade coletiva.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

patrimônios segue pelos princípios de legitimação como sua natureza, passado, história, mas, baseados em Prats, salientamos que seu valor principal é seu *significado*, podendo ser um objeto, uma manifestação, lugar, material ou não, arquitetônico ou não. Entretanto, a importância do seu significado não é só ao nível local, mas é sim aplicável ao patrimônio como um todo, sendo ele local, regional, nacional, mundial. Todas as categorias de patrimônios estão interligadas demasiadamente com a vida, história e memória dos indivíduos e suas relações afetivas.

Conforme Pelegrini (2006), há um vínculo entre as noções de patrimônio cultural e memória, que são de grande importância no que diz respeito às ações patrimonialistas, pois os bens culturais são preservados por desempenho da relação que mantêm com as identidades culturais. Le Goff (1990) ressalta que o passado não é totalmente esquecido, pois a memória conserva certas informações e acaba por capacitar o sujeito a atualizar informações e impressões passadas e, assim, a história é eternizada na consciência humana.

A memória possui uma função deliberativa sobre as referências que serão escolhidas por uma comunidade para compor seus discursos identitários. Uma memória compartilhada, como nos diz Candau (2012), uma metamemória ao invés de uma memória coletiva a todos. Ela é uma construção social, diversa, seletiva e pode ser reescrita a cada vez que é narrada. Sendo assim, é imprescindível, antes de decretar um patrimônio, ouvir as narrativas da comunidade, saber de suas memórias e de suas construções identitárias, caso contrário, serão apenas monumentos, prédios, lugares sem vida, sem sentido e significado, causando, assim, o que Prats (2005) chama de frustração museológica. Esse conceito refere-se a quando a população depara-se com patrimônios, celebrações e festas com as quais não possui identificação.

Respaldados por Gonçalves (2005) acreditamos que um patrimônio não pode ser exclusivamente decidido por agências do Estado. Ele deve ser definido em conjunto com a população, que precisa encontrar pertencimento, identidade, ou o que Gonçalves (2005) chama de “ressonância” por parte dos indivíduos em questão. Ressonância que evoca no observador todas as culturas presentes no patrimônio. Portanto, há uma cadeia muito mais complexa para se chegar à definição de um patrimônio, envolvendo vários fatores como o passado, presente, sociedade, memória, identidade. Todos estes elementos, trabalhando de forma conjunta para que mantenha pulsante o espírito do patrimônio, geram uma comunicação com o sujeito que o observa. Sendo assim, mais do que gerar a comunicação, o patrimônio desencadearia a emoção



patrimonial, que estamos desenvolvendo nesta pesquisa por meio da afetividade que os idosos possuem por locais da cidade.

Para Tornatore (2009), o patrimônio é advento singularmente de uma sensibilidade para o passado, sendo que o patrimônio, visto apenas pela a esfera política e institucional, irá enfraquecer a relação com o passado. Portanto, um patrimônio é construído com sensibilidade aguçada e retrata as vivências dos indivíduos e suas memórias, sendo elas reconstruídas e fortificadas a cada narrativa. As sensibilidades fazem parte deste mundo cognitivo, tratando de sensações, emoções, subjetividades, valores, sentimentos, e, por isso, incluem-se em outra gama de lógicas e sentidos, fugindo do tangível. As experiências vividas e memórias pessoais afloradas nas narrativas se transbordam em emoções. As experiências sensíveis compartilhadas ou não devem ser consideradas enquanto fontes para se contar o passado, objetivando-as em registros que permitam a apreensão dos seus significados. O sujeito aprende a sentir e pensar, traduzindo o mundo em razões e sentimentos (PESAVENTO, 2005).

Em nossa visão, patrimônio não é apenas das instituições e sim das pessoas que se apropriam dele, que atribuem valor, simbolismo, emoção para que seja preservado e transmitido. Tornatore (2007) é um dos autores que defende uma sociologia do patrimônio que organiza os processos de patrimonialização das emoções coletivas. Portanto, neste trabalho, a identificação será baseada na emoção e partilha de afetos, tornando possível um novo valor social para o local, não presidindo os critérios institucionais de declaração do patrimônio.

Um novo olhar: Patrimônios Afetivos

Anteriormente nos dedicamos a dialogar e compreender outras áreas do conhecimento que trabalham questões afetivas e cognitivas para o entendimento dos pontos emocionais e subjetivos que o indivíduo possui. Após trabalhamos com os aspectos do patrimônio e autores que já possuem uma leitura diferenciada dos patrimônios convencionais. Portanto, neste momento trataremos das nossas concepções sobre patrimônio afetivo obtidas até o momento.

O patrimônio se tornou de extrema relevância para a sociedade por poder representar a identidade cultural de uma comunidade e por salvaguardar a memória, portanto, tratamos de um patrimônio flexível, que possa contribuir social e culturalmente e que possibilite tomar a forma necessária para que tenha relevância para o indivíduo. O patrimônio possui um papel essencial na continuidade da elaboração de subjetividade individual e coletiva. Funcionando



como um mediador mais sensível, o patrimônio pode transmitir a cultura e a identidade de um povo.

O patrimônio estabelece vínculos com as emoções e afetividades, na falta de um patrimônio material e na inexistência de bens intangíveis, pode-se pensar a memória não como uma parte de um determinado bem, mas sendo a própria memória o bem a ser preservado, nas suas formas de lembranças e narrativas. O que o idoso guarda na sua memória é o que ele considera de maior importância da sua vida, ganhando um lugar afetivo e de identidade (BORGES, 2013).

Borges (2013) trata de um patrimônio como categoria vinculada aos afetos e a relação das memórias de idosos. No trabalho que a autora desenvolveu a mesma optou por não usar a categoria patrimônio cultural, pois no decorrer de sua pesquisa identificou que quase não existia a categoria patrimônio cultural no imaginário dos idosos. Borges (2013) ao se deparar com esta questão utilizou em seu trabalho o patrimônio ligado estritamente aos afetos íntimos, individuais e familiares dos informantes.

Desse modo, o patrimônio pode ser também reivindicado como vínculo memorial, afetivo, em que as lembranças gravadas no passado sejam atualizadas a partir do trabalho de memória de modo que o reconhecimento se dê como forma de preservar a si próprios no presente (Borges, 2013, p. 128).

Os indivíduos vivenciam fatos diariamente, porém os mais especiais, os que deixaram marcas, são os que são guardados na memória. Mesmo com o passar dos anos o sujeito rememora o fato e também recorda o sentimento que sentiu quando o vivenciou. E essas características que acompanham os momentos já vividos são nossos afetos. O que constatamos ao ouvir as narrativas dos idosos de Morro Redondo, pois junto com os gestos para representar o momento da fala, também é notório os sentimentos que aquelas memórias guardam. Expressões faciais que revelam a importância e a afetividade que o idoso possui pelo local, pois ao observar e narrar é como se o indivíduo vivesse novamente aquele momento especial e junto dele as sensações sentidas.

A consciência aflora conseqüentemente o sentido e significado contido nas coisas, e afeta o sujeito durante sua existência. Se a humanidade é racional e ao mesmo tempo movida pelas emoções, por que não pensar em um patrimônio com um sentido afetivo, que possua mais do que um valor material, mas que possibilite o pensar, o sentir e o fazer do indivíduo? Por que não pensar em um patrimônio como um processo por meio do qual o afeto ganha sentido, subjetividade e profundas proporções para se obter ressonância? González Rey (2003) afirma



que “uma experiência ou ação só tem sentido quando é portadora de uma carga emocional” (p. 349).

Desta maneira, o ser humano é movido por suas emoções e afetividades provocadas pelas coisas, despertando uma potência de agir conforme os objetos, pessoas, que encontrar. Sendo assim, as emoções estão condicionadas pelas afecções (efeitos) que nos são aguçados pelos objetos (coisas) e das relações que estabelecemos com as pessoas, causando um aumento ou diminuição na sua potência de agir, ou seja, no seu modo de ser afetado. Por trás de uma ação do sujeito, estão suas emoções e, nitidamente ligadas, as suas relações sociais. O meio, o grupo, a comunidade que o indivíduo pertence também interfere nos seus processos afetivos. Portanto, para se pensar em um patrimônio afetivo devemos percorrer todos os espaços ocupados pelo sujeito.

Desta forma, ao identificar uma “coisa” como um patrimônio afetivo, não estaremos identificando somente um bem material, mas os sentimentos que o envolvem, portanto, por exemplo, quando falamos de um lugar identificado como um Patrimônio Afetivo, o mesmo pode não estar mais materialmente no local ou poderá já ter sofrido alterações. Mas enquanto o idoso o narrar ele permanecerá vivo, assim como os sentimentos que ele transmite. Esses patrimônios por meio de “imagens, palavras, textos, sons, práticas - seriam o que talvez seja possível nomear como evidências do sensível. Mas, para encontrá-las, é preciso uma reeducação do olhar” (PESAVENTO, 2005, p. 5). Entretanto, o que poderia nos ajudar para esta reeducação do olhar? Pensamos que partindo dos museus podemos realizar este calibramento, para enxergar o sensível e o subjetivo. Pois, os museus funcionam como uma grande fonte de transmissão memorial, que nos ajudam a compreender histórias, épocas e memórias. Nos permitindo uma viagem no tempo pela nossa memória e a compreensão do invisível.

Por isso, quando falamos de um Patrimônio Afetivo, destacamos a importância de um calibramento do olhar, pois só assim conseguiremos compreender os significados, simbolismos e afetividades que os patrimônios transmitem. Diante disto, este estudo tem como base fundamental o Museu Histórico de Morro Redondo, que nos auxilia na compreensão dos fatos memoriais.

“O essencial é saber ver”, diz o verso de Alberto Caeiro, um dos heterônimos de Fernando Pessoa, no poema “O que vemos das cousas” (PESSOA, 1914, p. 44-45). Com esta expressão do poeta, podemos perceber que o que importa é a forma como enxergamos o patrimônio. O que ele expressa, seu sentido, seu sensível e invisível sem o calibramento do



olhar. Patrimônio afetivo? Sim, pois o que importa é sua sensibilidade, seu poder de identificação. De forma afetiva? Também respondemos que sim, pois o que importa e o que queremos é um patrimônio que tenha representatividade para as pessoas, que tenha identificação e apropriação por parte da população.

Ao refletir sobre as definições de afeto, inferimos que ele é mais que um puro sentimento ou emoção sentido pelo indivíduo, mas é acima de tudo uma ação. Ao aumentar ou diminuir a potência de agir do sujeito, o afeto passa por um processo de transformação. Assim, quando pensamos a respeito de um patrimônio devemos ter como encargo as questões afetivas. Pois, Gonçalves (2005) nos diz que o patrimônio não tem utilidade apenas para simbolizar ou representar algo, ele é bom para agir. Desta forma, um Patrimônio Afetivo encontraria mais representatividade, ação, apropriação e proteção do que algo convencional e burocrático.

Patrimônios Afetivos: um recurso a ser investigado

A cidade de Morro Redondo, não possui monumentos históricos, obras de artes, e também nenhum bem imaterial registrado como patrimônio. Assim como também não possui nenhum patrimônio tombado em qualquer âmbito⁴. Porém, existe um processo em andamento de patrimonialização dos doces coloniais pelo IPHAN. Entretanto, ao mesmo tempo deste processo formal de patrimonialização de um bem de Morro Redondo, existe uma mobilização informal e ações por parte da população para o reconhecimento dos Patrimônios Afetivos. Em Morro Redondo, quando falamos de um patrimônio informal, nos deparamos com objetos, lugares, manifestações do cotidiano, ligados a cultura e a vida em uma cidade do interior. Portanto, percebemos uma convergência de ações, que possuem duas vertentes diferenciadas, mas que maximiza o desenvolvimento turístico da cidade.

A cidade vem se desenvolvendo turisticamente recentemente, atualmente possui um roteiro turístico denominado “Morro de amores”. Onde é oferecido aos turistas o seguimento turismo rural. Também é realizado pelo roteiro festas temáticas a cada três meses. O município ainda não possui um setor público responsável pelo desenvolvimento turístico, porém através dos empreendedores do roteiro, foi criado um grupo e um conselho municipal de turismo. Onde é debatido e organizado as ações para o desenvolvimento local.

⁴ Foi verificado a não existência de patrimônios tombados nos sites do IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br> a nível estadual IPHAE: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1> e a nível local Prefeitura de Morro Redondo: <http://www.pmmorroredondo.com.br/index.html>



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

Sendo assim, em um dos eventos realizados na cidade pelo roteiro “Morro de Amores” foi proposto a realização da atividade “Caminha da Percepção⁵”. Desta forma, os idosos serviram de guias para a visita dos Patrimônios Afetivos, tendo como intenção instigar não só os idosos, mas os moradores locais e turistas que visitavam a cidade no momento. Semanas antes do evento por meio das redes sociais do Museu de Morro Redondo, já realizávamos um trabalho de divulgação, para que as pessoas participassem e compartilhassem suas memórias.

Portanto, no dia do evento foram colocadas placas nos lugares onde os Patrimônios Afetivos se localizam. Nestas placas constava uma parte das memórias coletadas previamente pelas narrativas dos idosos e um símbolo de QR CODE, para que todos pudessem acessar e contribuir com as suas memórias, de forma retroalimentada.

Figura 1: Caminha da Percepção realizada no evento.

Fonte: Do autor.



Com a realização desta ação em conjunto, podemos perceber o quanto foi eficaz a junção de um possível novo roteiro turístico com as atividades já existentes. E ainda com a participação da comunidade local, algo fundamental já destacado por Prats (2005) e De Varine (2012). O autor De Varine (2012), ainda nos propõem debater o desenvolvimento local, porém não como um conteúdo acadêmico visto apenas pelos livros e aulas, mas sim partindo de uma vivência prática, com um contato com a comunidade local, visando vislumbrar a realidade do local.

E é considerando esta realidade do município de Morro Redondo que este trabalho vem sendo desenvolvido. Pois, sabemos das dificuldades que as cidades do interior enfrentam, como pouca mão de obra, falta de infraestrutura e a crise financeira que se alastra por todo país. Portanto, pensamos em um patrimônio principiado de uma consciência coletiva, que seja

⁵ Atividade realizada com o grupo Café com Memórias, onde os idosos caminham pela cidade identificando e contando sobre os locais narrados nos encontros do grupo.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

usufruído para viver, produzir e que continue em transformação para prosseguir em uso e sendo útil, obtém reconhecimento e trazendo benefícios para a comunidade.

Além disso, esses patrimônios devem servir ou vir a servir para algo, tornando-os vivos e necessários para manter a identidade das comunidades. “A esterilização sob o pretexto de conservar um valor raro leva inevitavelmente à perda de uma grande parte de seu significado” (DE VARINE, 2012, 64). De Varine também demonstra sua visão relativa a um patrimônio que, enquanto recurso, deve servir à sociedade como um todo, o que vem ao encontro com o pensamento de Prats (2005), que fala em um patrimônio como "Recursos para viver".

Esse cenário que encontramos na cidade de Morro Redondo, também nos faz pensar em um turismo de base local, que é definido por Coriolano (1998) como uma iniciativa por parte dos moradores locais, sendo os mesmos, os principais articuladores do desenvolvimento turístico. Trabalhando para que os lucros gerados pelo turismo permaneçam na comunidade. Deste modo, colaborando para uma melhor qualidade de vida da população local. Porém, se faz necessário uma apropriação dos moradores locais, fazendo com que os mesmos se sintam parte das ações, um agente indispensável e valorizado por ser o detentor do local.

Portanto, os Patrimônios Afetivos, servem de estímulos para os moradores da cidade. Pois, foram pessoas da comunidade que realizaram a identificação, que escolheram alguns locais que contam as suas histórias, representam vivências e a cultura que os mesmos querem repassar para as próximas gerações. Desta forma, gerando um pertencimento, divulgando algo que eles realmente acreditam ser algo de valor, seja este valor, simbólico, emocional, afetivo.

De acordo com Luchiari (1998) o turismo possibilita a criação e traz para os dias atuais antigas práticas, costumes, folclore que estavam adormecidas com o tempo. Trazendo a oportunidade de novos atrativos turísticos, baseado na cultura local, o que deve ser tratado com cuidado, pois estamos lidando com “coisas” que pertencem a uma comunidade específica. Portanto, devemos consulta-los e incluir os moradores nas decisões. Mas, que por outro lado, pode ser utilizada de forma positiva, ajudando na preservação, divulgação da cultura e trazendo desenvolvimento econômico.

Além de uma mescla de pessoas e culturas diferentes, o turismo – tanto o internacional quanto o interno – gera uma considerável redistribuição espacial da capacidade de auferir renda, com um impacto significativo sobre a economia da área de destino (COOPER, 2001, p. 85).

Quando utilizamos dos lucros obtidos com o turismo para o desenvolvimento local, geramos renda, propiciamos ações para fomentar a cultura, assim como também promover,



difundir e preservar o patrimônio. No caso em questão, todas essas ações fortalecem os Patrimônios Afetivos. Pois, esses patrimônios fazem parte da cultura local e já existem, o que diminui o custo de investimento. Ou seja, um atrativo que depende diretamente dos moradores locais. Pois, eles são os atores sociais indispensáveis para narrar sua cultura.

Considerações finais

Normalmente, partimos de decisões políticas e institucionais para declaração de um patrimônio, porém precisamos extrapolar essas questões pré-construídas no momento em que a população se apropriar e reconhecer sua identidade em determinada “coisa”. Essa é a construção de um patrimônio partindo de um campo subjetivo e imaginário e não de algo concreto e objetivo. O artefato pode ser constituído e, assim, ganhar valor pela a imaginação de quem o enxerga, podendo ser visto de vários ângulos e feições, sendo capaz de ser modificado e adaptado conforme variadas interpretações.

Com a participação da maioria da população, com a contribuição de técnicos de gestão patrimonial e agentes locais que estão envolvidos no desenvolvimento da comunidade local, podemos chegar mais próximos de um patrimônio que extrapole as questões jurídicas, que destacam as monumentalidades, e realçar os valores subjetivos, aproximando o campo das sensibilidades. Os patrimônios, sendo eles localmente construídos ou não, devem dispor de utilidade social e participação. Os patrimônios locais deveriam ser reintroduzidos no uso das comunidades, pois assim ganhariam um ideal, especialmente presentes nas experiências da população.

Referências

AMARAL, Vera Lúcia do. *Psicologia da educação* / Vera Lúcia do Amaral. - Natal, RN: EDUFRN, 2007.

BORGES, Daniela. B. **Patrimônio afetivo e fotografia: relicários da memória de idosos no asilo de mendigos de Pelotas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória e Patrimônio) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARTA de Veneza, 1964. In: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COOPER, C; ARCHER, B. **Os impactos positivos e negativos do turismo**. In Theobald, W. F (org.). **Turismo Global**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

CORIOLOANO, L. N. M. T; LIMA, L. C. (orgs.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade SocioAmbiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORREA, Sandra. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DE VARINE, Hugues. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256p.

DELEUZE, G.(1978). Aula sobre Espinosa. Recuperado em 22 mar. 2017: <http://www.webdeleuze.com>

ESPINOSA, Baruch – **Ética III- Da origem e da natureza das afecções**. Ed. Nacional, Madrid, 1980.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In: MOTA, L.; SIVA, M. B. R. (Org.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

GALVÃO, I. Henri Wallon: Uma concepção Dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

GLEIZER, Marcos A. *Espinosa e a afetividade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

GOMES, C. A. V. (2008). O afetivo para a psicologia Histórico-Cultural: considerações sobre o papel da educação escolar. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília.

GOMES, C. A. V.& Mello, S. A. Educação escolar e constituição do afetivo: algumas considerações a partir da Psicologia Histórico Cultural. *Perspectiva*, 28(2), 2010. p. 677-694.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GONZÁLEZ Rey, F. L. (2003). *Sujeito e subjetividade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LUCHIARI, M T. D. P. **Urbanização turística: um novo nexo entre lugar e o mundo**. In Lima, Luiz Cruz (org). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza. UECE, 1998, p. 15-29.

MARINS, Paulo Cesar Garcez. DOSSIÊ - O PCH, Programa de Cidades Históricas: um balanço após 40 anos - Introdução. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-14, jan.-abr. 2016.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2016.

NORA. Pierre. 1993 **Entre a Memória e História: A problemática dos lugares**. Trad: Yara Aun Khoury. In: Projeto História, São Paulo: dez.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIAGET, J. & INHELDER, B. . A psicologia da Criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PINTO, F.E.M. Os (des) afetos da inteligência... O possível diálogo entre cognição e afetividade. Publicação UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguagem, Letras e Artes, Ponta Grossa, 13 (1) 7-12, jun. 2005.

POULOT, Dominique. Uma nova autenticidade. In: Uma história do patrimônio n Ocidente, século VIII-XIX: do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009. p. 85-122.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. Cuadernos de Antropología Social No 21, pp. 17-35, 2005.

TORNATORE, Jean-Louis. Les formes d'engagement dans l'activité patrimoniale : De quelques manières de s'accommoder au passé. 2007.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

ULLER, Waldir. Experiências escolares dos jovens e seus projetos vitais: um olhar a partir dos Modelos Organizadores do Pensamento/ Waldir Uller; orientação Valéria Amorim Arantes. São Paulo: s.n, 2012. 203 p.

WALLON, H. As origens do pensamento na criança. São Paulo: Manole, 1986.